



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Ata da IV Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Data: 09 de abril de 2015

Local: Sala de Reuniões do Ministério da Cultura, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 12º andar. MINC

Participantes: Conforme anexo I

Pauta: Conforme anexo II

Atividades Desenvolvidas:

1. A reunião teve início às 9 horas, com abertura feita pelo Vice-Presidente Padre Bosco, representante da Pastoral Carcerária, cumprimentando a todos presentes, e cumprimentado aos membros do Mecanismo. Em seguida foi realizada apresentação de todos representantes presentes do Comitê e dos peritos nomeados para o Mecanismo.
2. Após as apresentações, o Vice-Presidente repassou a pauta com o Comitê, em seguida abriu a palavra para qualquer contribuição para dar início aos trabalhos.
3. Foi informado, pela Coordenadora-Geral do CNPCT, Renata Studart, que a ata da reunião anterior ainda não estava pronta, e que a ata foi enviada para ser deliberada por e-mail, mas não houve um retorno do grupo. Foi informado que essa questão foi discutida no Planejamento com o grupo de fluxo, e que seria providenciado um fluxo correto para aprovação das atas.
4. Como sugestão, o representante titular da AMB, Edinaldo Cesar, sugeriu que fosse já deliberado, a questão das atas que foram enviadas e não foram aprovadas. Sugeriu que fosse colocado como encaminhamento final a leitura da ata anterior com a aprovação no final da reunião, e a partir do que for discutido do Planejamento Estratégico, sobre os fluxos, para se chegar a um denominador comum.
5. A representante da sociedade civil, Shirley da Luz Villela, representante titular da Rede Maré, falou das dificuldades e críticas que o Comitê enfrentou com o processo de seleção do Mecanismo, e expôs que estava muito feliz e satisfeita com a escolha do Mecanismo.
6. Foi feito um convite pelo Expedito Solaney representante titular da CUT, para que os membros do Mecanismo ficassem presentes na reunião, para que tomassem conhecimento do que foi tratado e definido no Planejamento Estratégico. Foi levantado um



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

questionamento, se o Mecanismo foi convidado apenas para fazer uma participação na reunião ou se o convite seria para permanecer na reunião até o final do dia.

7. Foi esclarecido pela Coordenação-Geral do CNPCT, que o convite foi feito para um primeiro momento, e que o momento de integração foi pensado para troca de definições de atribuições, fluxos de informações, para se criar um fluxo de trabalho, mas se houvesse disposição do Mecanismo, seria importante que ficassem a reunião inteira.

8. Foi proposto, pelo representante suplente do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, Carlos Valadares, que fosse exposto na reunião, o Planejamento do Comitê e o Planejamento do Mecanismo, pra que todos fossem inteirados, e a partir daí começar os trabalhos, para que posteriormente não venha a ter uma duplicidade de demanda. O vice-presidente passou a palavra, para que fosse explanado pelo Comitê o que foi proposto no Planejamento Estratégico.

9. A representante suplente do CFP, Elisa Walleska falou das dificuldades encontradas no processo de seleção do Mecanismo, do sentimento gratificante que é ter os nove selecionados do Mecanismo, e dos desafios que ainda irão encontrar no decorrer de todo o trabalho.

10. Foi apresentado pela Joisiane Sanches, representante titular do Movimento Nacional de Direitos Humanos os 6 (seis) desafios propostos ao Comitê que são: consolidar uma relação sistêmica e harmônica entre os integrantes do sistema e agregar novos atores; estimular a criação/implementação de comitês/comissões e mecanismos estaduais/distritais; consolidar o CNPCT como ator político reconhecido e legitimado para prevenir e combater a tortura; fortalecer a estrutura institucional do Sistema; avaliar, acompanhar e propor aperfeiçoamento de programas, ações e órgãos de combate à tortura em âmbito nacional e enfrentar a disseminação das formas de violências que legitimam a tortura.

11. O vice-presidente encaminhou a proposta, sugerindo que o Mecanismo apresentasse seu planejamento ou suas reflexões, ou se preferissem questionar o Comitê, e falar qual as expectativas do Mecanismo em relação ao Comitê, por tudo que representam. Após encaminhar essa proposta, foi aprovado, e complementado pelo Edinaldo, representante da AMB, quais são as expectativas em relação ao Comitê.

12. Luis Gustavo Magnata, perito do Mecanismo apresentou alguns pontos definidos em reunião com o restante da equipe de peritos, destacou pontos importantes, como o trabalho em conjunto com o Comitê, para uma política única com um plano de meta. Agradeceu e apontou a importância do agradecimento feito por membros do Comitê, e falou que o CNPCT prova que o Mecanismo é o início de uma política avançada do país. O segundo



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

ponto, foi a escolha de Coordenador-Geral para o Mecanismo, e destacou que ficou definido entre os peritos, que seria um coordenador-geral para tratar de assuntos burocráticos internos da SDH, e uma coordenação colegiada em casos de reuniões ou trabalhos fora da SDH. Decidido em reunião pelos membros do Mecanismo, os nomes indicados foram: Luis Gustavo Magnata, para Coordenador-Geral, e Thaís Lemos Duarte para Coordenadora-Geral Substituta.

13. Thaís Lemos Duarte, perita do Mecanismo, informou como foi a escolha dos coordenadores, e o porquê de uma coordenação colegiada, para não existir ônus no trabalho do perito indicado para Coordenador, para desafogar o trabalho do Coordenador-Geral e para democratizar as relações internas e externas, foi tomada essa decisão, a escolha das duas pessoas para a Coordenação.

14. José Ribamar, perito do Mecanismo, falou do Planejamento Estratégico do Mecanismo, e como chegaram ao diagnóstico situacional, a implantação do Mecanismo em um momento desafiador, um Mecanismo que consolida uma estratégia de estado democrático, foi um dos desafios citados. Em função disso, falou que uma das missões mais desafiadora, foi a elaboração do Regimento Interno. Sendo assim foram estabelecidos debates, por uma equipe interdisciplinar.

15. Luz Arinda, Perita do Mecanismo, falou um pouco sobre o que foi debatido nos dois dias de reunião do Mecanismo, e como foi a elaboração do Planejamento dos trabalhos a serem realizados, como regimento, produção de relatórios, visitas, elaboração de plano de ação para contemplar os 27 estados e o Distrito Federal, acompanhamento do plano na perspectiva de prevenção, planejamento para equipes rotativas, autônomas e flexíveis. Na próxima reunião será apresentado um desenho melhor dos trabalhos a serem realizados pelo Mecanismo.

16. Deise Benedito, perito do Mecanismo, apresentou a necessidade para a preparação das visitas a serem realizadas pelo Mecanismo e de estabelecer as relações com as instituições e com a sociedade civil, não só atuar em penitenciárias, mas também em orfanatos, asilos, entre outros. Falou também da importância do relacionamento do Mecanismo tanto com os mecanismos estaduais, as instituições de sociedade civil e também com os órgãos do governo, como Ministério Público e demais. Frisou a importância do bom relacionamento com outros setores da SDH/PR, como o CONANDA, População de rua, LGBT, Coordenação do Idoso, Ouvidoria. Foi colocada a importância da formação enquanto Mecanismo, onde precisam se aperfeiçoar.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

17. Foi apresentado, pela Thaís Lemos, perita do Mecanismo, os pontos mais importantes a serem tratados. Um deles, foi a realização de atividades em conjunto e como isso se daria entre o Mecanismo e o Comitê.

18. Fernanda Givisiez, perita do Mecanismo, falou da importância do fortalecimento dos Mecanismos estaduais e distritais, e como o Mecanismo pode subsidiar o Comitê pra fazer essa interlocução, e criar posteriormente o fluxo de informação entre o Comitê e Mecanismo.

19. Foi pedido ao Comitê, por meio da fala da Luz Arinda, que apontassem quais as expectativas com relação aos peritos ou ao trabalho do Mecanismo.

20. Foi apontado por Catarina Pedroso, perita do MNPCT, que seria importante já ter definido ao final da reunião, a questão da formação. A formação em conjunto com a APT, foi sugerida então que já se encaminhasse essa questão para ser definida.

21. A representante da sociedade civil, Dalila Eugênia, titular da ASBRAD, reforçou a fala da perita Deise, no que diz respeito à preocupação não só com os presídios, mas também com abrigos, comunidade terapêuticas, mulheres encarceradas. Sugeriu a criação de grupos de trabalhos que trabalhem com essa temática, fazendo estudos de casos, para que esse gênero também seja alcançado. Falou também em como o Mecanismo e o Comitê podem se ajustar para que possam trabalhar em conjunto.

22. Edinaldo César, representante titular da AMB, fez uma explanação em cima da fala do Luis Gustavo, e fez uma proposta de reunião com todos os integrantes o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Em seguida, falou um pouco sobre os pontos e objetivos do Comitê. Falou como foi feita a seleção dos membros do Mecanismo, falou da 1ª Reunião, das missões delegadas ao Comitê, como, fazer o Regimento Interno, e selecionar os peritos do Mecanismo. Foi proposto então, que fosse passado adiante, e encaminhado uma mudança de pauta, que os encaminhamentos da reunião anterior fossem discutidos logo.

23. Shirley da Luz, representante titular da Rede Maré, falou de todo o processo de trabalho feito pelo Comitê, e da importância de cada objetivo traçado pelo Comitê. Falou também da importância de cada membro do Comitê e das suas articulações com seus órgãos. E das barreiras que o Mecanismo e o Comitê irão encontrar no decorrer do trabalho.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

24. Expedido Solaney, representante titular da CUT, falou dos desafios estabelecidos pelo Comitê e de como será a integração entre os órgãos do SNPCT. Falou também da importância da formação da APT.

25. Antes de passar para a próxima pauta, o Vice-Presidente chamou a atenção, com base na fala da perita Deise Benedito. Falou que a grande dificuldade dos grupos de monitoramento, está nos locais de inspeção, onde o estado é o maior entrave, pratica, mas quer esconder e maquiagem a tortura dentro de suas instituições.

26. Edinaldo sugeriu que fosse dada a reunião na ordem, e que fosse encaminhada a sua proposta de inversão de pauta e fez mais um encaminhamento, para saber até que horas iria a reunião para que os membros se organizassem para a fala da Bruna.

27. O Vice-presidente sugeriu que fosse definida a pauta, e em seguida fosse passado a palavra para a Bruna.

28. Foi sugerido pela representante do IBCCRIM, que fosse criado um grupo que mantenha a discussão entre o Comitê e o Mecanismo.

29. Foi aprovado então, o encaminhamento de inversão de pauta, e definido que a parte da tarde seria reunião fechada para que o Comitê debatesse as questões do edital do Mecanismo.

30. Foi trazido, pela Assessoria Parlamentar da SDH, Bruna, os principais pontos de pauta e os temas a serem debatidos pela CPI Carcerária. Sugeriu que fosse avaliado se seria estratégico, para que o Mecanismo acompanhar algumas das visitas da CPI. Como estratégia, seria importante ter um representante do Comitê e que se apresentasse para a assessoria do relator, mostrando que o CNPCT gostaria de participar das audiências, de estar presente nos eventos da CPI, e apresentar os temas que serão votados na 4ª Reunião Ordinária.

31. Após exposição de temas pela Pastoral Carcerária, pela a ASBRAD, Mecanismo, IBCCRIM, sobre questões como a Revista Vexatória, internação de adolescentes, relatórios produzidos na área de tortura, e casos que estão na OEA, foi sugerido pela Bruna a criação de um grupo que acompanhasse as reuniões da CPI Carcerária.

32. Foi trazido pelo representante do Ministério da Saúde, Daniel Adolpho, pontos a serem debatidos para que seja levado a CPI Carcerária.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

33. Thaís Lemos, apresentou duas pautas para serem levadas a CPI Carcerária, a questão de gênero prisional e a questão de presas estrangeiras. Sugeriu o uso dos relatórios produzidos pelo DEPEN, mas também utilizar os relatórios feitos por pesquisadores, sobre pesquisas acadêmicas.

34. Após exposição de ideias pela CUT, o IBCCRIM fez menção à importância da transparência em relação ao Sistema Carcerário.

35. Foi definido então, quem participaria da 1ª Reunião da CPI Carcerária, onde seria apresentado o plano de trabalho da CPI, SEPPIR, SDH e CFP. Foi sugerido fazer uma listagem dos relatórios elaborados em relação ao tema da tortura, e pontuá-los claramente que eles devem compor os documentos da CPI. Foi feita a definição de quem entraria em contato com o relator. Foi estabelecido um prazo para a entrega dos relatórios, segunda-feira da próxima semana, e Thaís Lemos ficou com a tarefa de fazer o levantamento dos relatórios sobre a questão prisional. Foi definido que o Luis Gustavo seria o responsável pela lista de nomes dos relatórios sugeridos a serem enviados para a CPI Carcerária.

36. Foram elencados os temas. Foi sugerido então que se priorizassem alguns temas, porque a lista ficou um pouco extensa. Foram priorizados os seguintes temas: Revista vexatória, transparência de dados (medicamentos, mortes de presos, disponibilização de relatórios, a abertura de penitenciárias para pesquisas, sistematização de informações do sistema prisional), mulher encarcerada (filhos e convivência familiar), tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes, questão racial, saúde mental num sentido mais amplo, casos OEA, contenção química e quem ministra, unidade experimental de saúde, HCTP, PAILI e PAIPJ – prisões provisórias, em mortes de presos.

37. Foi feita uma sugestão pela representante titular da ASBRAD, Dalila Maranhão, que se colocasse também, a questão das presas estrangeiras, e foi feita uma sugestão pelo Mecanismo, que também se coloque em pauta a questão dos agentes penitenciários.

38. Foi apontada a preocupação da SEPPIR, em relação a se definir uma prioridade em relação aos temas levantados pelo CNPCT, pois devido a quantidade de pauta, corre o risco de nenhum tema ser emplacado. Foi feita uma distribuição para que se abrangesse cada tema. A SEPPIR com o eixo de diversidades que engloba os seguintes temas: mulher encarcerada, presas estrangeiras, filhos, convivência familiar, questão racial. Eixo de saúde mental: Contenção química, unidade experimental, HCTP, PAILI e PAIPJ. Eixo de transparência de informações, acesso a justiça, Prevenção e Combate à Tortura.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

39. Definido os temas, o Plenário interrompeu os trabalhos, acordando que às 14 horas regressariam para a retomada das atividades para o debate da pauta definida para o período da tarde.

40. Às 14 horas os membros do CNPCT retornaram ao Plenário para a continuidade dos trabalhos e prosseguiram na leitura dos destaques apontados e debates das alterações propostas. Como foi proposta a inversão de pauta no período da manhã, deu-se início com os encaminhamento propostos.

41. A Coordenadora-Geral, Renata Studart, informou que o encaminhamento em relação ao apoio as PL's estava na mesa da Ministra, ela sugeriu que fossem encaminhadas com a assinatura do vice-presidente, sugeriu também que depois fosse definida as atribuições da mesa diretora. Após esses informes, foi encaminhada uma sugestão de que o chefe da área de comunicação da SDH fosse convidado a estar presente na próxima reunião ordinária do Comitê, para que fosse apresentado as dificuldades de divulgação que o Comitê vem enfrentando.

42. Foi apresentada pela Coordenação-Geral do CNPCT a sugestão de enquadrar em uma das Comissões criadas no Planejamento o GT de Nomeação de Pessoas em locais de privação de liberdade, como não houve resposta no envio do material, conforme havia sido proposto na última reunião, não houve nenhum encaminhamento em relação ao GT, por essa razão houve a sugestão de enquadrar o GT nas Comissões do Planejamento.

43. Foi definida então uma nova data, dia 30 de abril, para o envio do material do GT de Nomeação de Pessoas em locais de privação de liberdade, para que possa ser dado andamento aos trabalhos do GT, e foi definido que na próxima Reunião Ordinária, que será dia 17 de junho, seja apresentando produto desse grupo de trabalho.

44. Foi dado o informe, pela Ana Paula Diniz, Coordenadora-Geral de Prevenção e Combate à Tortura, sobre o caso Aníbal Bruno, tratado na última reunião do Comitê, a SDH por meio da Assessoria Internacional colocou com uma das obrigações do Estado o funcionamento do Mecanismo já houve a nomeação para os ocupantes do cargo do Mecanismo do Estado de Pernambuco.

45. A palavra foi passada para o GT responsável pela elaboração do edital para seleção do Mecanismo. Foi proposto pela SEPPIR, que a discussão do edital fosse adiada para a próxima reunião, tendo em vista que com a saída da Ministra, não haveria quem assinasse o edital de imediato, e com a chegada do novo Ministro ele teria que ler o edital, se inteirar do assunto, para depois assinar e publicar o edital.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

46. Foi informado pelo GT, que o edital seria para duas vagas, e não para uma, conforme decidido pelo Comitê na última reunião, por razões jurídicas. Como ficaram pendentes duas vacâncias, o edital seria para seleção de mais dois novos peritos. Então foi sugerido pelo representante titular da AMB, Edinaldo Cesar, que o Comitê deliberasse que o edital fosse para duas vagas ao invés de uma. Ficando assim a discussão e aprovação do edital para a próxima reunião ordinária.

47. Foram apresentadas as Comissões formadas no Planejamento Estratégico, e sugerido que fosse deliberado os integrantes de cada uma das comissões e seus respectivos responsáveis. Após algumas discussões sobre as metas estabelecidas no Planejamento, o representante da CUT, Expedido Solaney, propôs que fosse analisado, inclusive as metas, que na próxima reunião fossem trazidas o que for prioridade e que fosse aprovado o Plano.

48. Foram apresentadas propostas diversas para as Comissões criadas no Planejamento. Foram definidas as instituições que trabalhariam em cada Comissão, sua entidade representante, e o encaminhamento que as Comissões se articulassem elaborando um plano de trabalho sobre o que foi discutido no Planejamento.

49. A Coordenadora-Geral de Combate à Tortura, Ana Paula Diniz, fez uma breve explanação sobre os Mecanismos Estaduais e Comitês Estaduais. Falou sobre o Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura. Trouxe uma amostra da pesquisa feita nos estados sobre os MEPCT e CEPCT.

50. Foi passada a palavra para a Cristiana, Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, falou um pouco do trabalho da Coordenação de Educação em Direitos Humanos, qual o público alvo, quando foi instituída, como trabalhar as questões de Direitos Humanos, e os instrumentos utilizados para alcançar a sociedade, e como a coordenação poderia colaborar com os trabalhos do CNPCT.

51. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, a Coordenadora-Geral do CNPCT encerrou a IV Reunião Ordinária do CNPCT.

Resumo das deliberações

- 1) Definida, por consenso, as Comissões no Planejamento Estratégico, seus respectivos representantes, fica então encaminhado que cada Comissão se reúna, e que na próxima Reunião Ordinária seja trazido o produto de trabalho dessas reuniões.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

- 2) Definido, por deliberação do Comitê, que o edital do Mecanismo será discutido na próxima reunião ordinária.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Ana Paula Diniz M. Moreira
Representante Suplente da Secretaria de
Direitos Humanos da Presidência da
República-SDH/PR

Daniel Adolpho D. Assis
Representante Suplente do Ministério da
Saúde-MS

Camila Castro
Representante Suplente da Casa Civil-
CC/PR

Jéssica M. M. Naime Silva
Representante Titular da Secretaria de
Políticas de Promoção da Igualdade Racial-
SEPPIR

Vladimir S. Soares de Lima
Representante Suplente do Ministério da
Justiça-MJ

Sonia Malheiros Miguel
Representante Titular da Secretaria de
Políticas para as Mulheres-SPM/PR

Edmundo Theobaldo M. Neto
Representante Titular do Ministério da
Defesa-MD

Antônio Rodrigo Machado
Representante Suplente do Conselho
Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-
CFOAB

Alexandre Peña Ghisleni
Representante Titular do Ministério das
Relações Exteriores-MRE

Elisa W. K. A. da Costa
Representante Suplente do Conselho Federal
de Psicologia-CFP

Daine de Oliveira Lopes
Representante Suplente do Ministério da
Educação-MEC

Dalila Eugenia M. Dias
Representante Titular da Associação Brasileira
de Defesa da Mulher da Infância e da
Juventude-ASBRAD

Barbara P. Cardoso Campos
Representante Titular do Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate a Fome-
MDS

João Bosco F. Nascimento
Presidente do Comitê Nacional de Prevenção
e Combate à Tortura-CNPCT



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Edinaldo Cesar S. Junior
Representante Titular da Associação de
Magistrados Brasileiros-AMB

Celina Bentes Hamoy
Representante Suplente da Associação
Nacional dos Centros de Defesa da Criança e
do Adolescente-ANCD

Shirley da Luz Villela
Representante Titular da Associação Redes
de Desenvolvimento da Maré-ARDM

Exedito S. P. de Magalhães
Representante Titular da Central Única dos
Trabalhadores-CUT

Carlos Antônio M. Valadares
Representante Suplente do Grupo Tortura
Nunca Mais da Bahia-GTNM/BA

Maria Gorete M. de Jesus
Representante Titular do Instituto Brasileiro
de Ciências Criminais-IBCCRIM

Joisiane S. de O. Gamba
Representante Titular do Movimento Nacional
de Direitos Humanos-MNDH

Bruna S. A. B. de Andrade
Representante Suplente do Instituto
Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**